

Contribuição à Crítica da Administração Política: nova estratégia ou mais um desenvolvimentismo?

RÔMULO CARVALHO CRISTALDO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

Contribuição à crítica da Administração Política: nova estratégia ou mais um desenvolvimentismo?

Introdução

Contemporaneamente, o debate sobre as desigualdades sociais têm recebido uma maior atenção, sobretudo após da crise mundial a partir de 2008, quando ganharam destaque estudos destinados a expor a crescente concentração de riqueza do capitalismo neoliberal (Morin, 2015. Piketty, 2014. Sáinz, 2016). Nesse contexto, reflexões sobre a noção de desenvolvimento receberam também um novo fôlego, como é lícito inferir a partir de Besley (2016), Bresser-Pereira e Khan (2014) e Selwyn (2014), entre outros. No Brasil, a discussão sobre administração política se insere nesse debate, na medida em que suscitou pesquisas propositivas, as quais se propõem a induzir a elaboração de um **Projeto Nacional de Desenvolvimento**, como os de R. Santos, Gomes, T. C. S. Santos, Ribeiro e Andrade Filho (2016), R. Santos (2010a. 2010b) R. Santos, E. Ribeiro, M. Ribeiro e Pinto (2017), R. Santos e Gomes (2016).

Partindo da premissa de que a administração política é um campo específico da área de Administração que estuda a gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição, esses autores sugerem que cabe à ciência da administração, além do que já lhe é atribuído tradicionalmente, executar ações sociais transformadoras que levem a uma situação de bem-estar da sociedade (Santos, R., 2010b). Para estes teóricos, a construção de um Projeto de Nação se trata de um imperativo, pois acreditam que se consolida no país um crescente quadro de degradação social, política e econômica.

Para tanto, defendem a necessidade de se abandonar uma visão de curto prazo, que a seu ver têm dominado as escolhas do Estado, e investir em ações também de médio e longo prazos que possibilitariam alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Diante do desafio e complexidade de tal tarefa, os autores sugerem princípios, lições e pressupostos que acreditam serem importantes na consecução desse resultado (Santos, R. & Gomes, 2016. 2017).

Nosso objetivo nesse artigo é o de analisar tal proposta programática, de modo a compreender quais os princípios e limitações das estratégias de desenvolvimento que emergem do movimento da Administração Política. Como um segundo objetivo, também pretendemos problematizar sua alegada novidade e sua aderência ao campo dos estudos do desenvolvimento econômico.

Para a concretização desses objetivos, fizemos uma breve recuperação os principais textos realizados com esse objetivo programático, utilizando o método de revisão bibliográfica, com análise de artigos, ensaios e comunicações dos autores centrais da administração política. Na busca por compreender os fundamentos da estratégia de desenvolvimento da administração política, chegamos à conclusão de que se trata de uma simples e idealista teoria do desenvolvimento, em nada original e capaz apenas de reproduzir suas fissuras e contradições.

Na sequência, esse trabalho se divide em três seções: primeiro realizamos uma discussão sobre a noção de desenvolvimento enquanto estratégia; na sequência, fazemos uma análise da administração política enquanto projeto de desenvolvimento, na qual realizamos a exposição dos princípios gerais, das lições preliminares e dos pressupostos para o caso brasileiro, além do Projeto de Nação proposto pelos teóricos do campo; na terceira seção, destacamos alguns pontos que consideramos críticos para o debate, assim como buscamos compreender a proposta de desenvolvimento que vem sendo desenhada pelos teóricos do campo. Ao cabo, apresentamos nossas considerações finais.

1 Desenvolvimento e Estratégia

O termo **desenvolvimento** aponta para um conceito polissêmico, de modo que os estudos sobre o tema compõem um ramo de trabalho dedicado à problemáticas transversais nas ciências humanas.¹ A noção específica de **desenvolvimento econômico** aparece historicamente como a representação teórica, simbólica e política de um processo social que pressupõe a mudança qualitativa, de sinal positivo, em uma dada realidade coletiva. Esta concepção sugere, portanto, a possibilidade melhoria das condições de vida de um dado grupo social, notadamente de uma economia nacional, que pressupõe a modernização de comportamentos, bem como aumento da produtividade e melhor distribuição de renda, associados ao refinamento das instituições de representação política e social (Furtado, 1983). Processo esse que aparece como uma forma de modernização de economias consideradas arcaicas (Escobar, 1995).

A abordagem teórica do desenvolvimento toma a aparência de uma narrativa científica, um discurso racional que enfatiza convenções econômicas as quais precisariam ser cultivadas para que se atinja esse objetivo. Normalmente tal princípio teleológico é exposto como univocamente geral ou representante do interesse amplo de uma coletividade: modernizar-se é a materialização do próprio desenvolvimento (Santos Filho, 2006). Como afirmam Cristaldo, Senna e Matos (2018), no entanto, são muitas as narrativas de desenvolvimento econômico à disposição, configurando toda uma mitologia ao redor do debate acerca das condições de mudança material das nações. Na opinião desses autores, a ocorrência de teorias de desenvolvimento concorrentes são uma evidência de que existem fissuras e contradições nos processos e relações sociais que essa teorias tentam explicar e moldar, fissuras as quais precisam ser problematizadas.

A partir de Rivero (2010) podemos inferir a primeira fissura, de resultados: mesmo depois de 60 anos do surgimento das principais teorias do desenvolvimento, apenas quatro países (Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong e Taiwan) se modernizaram, ou seja, alcançaram significativo incremento e distribuição de renda, junto a avanços tecnológicos e sociais. Para o autor, a maior parte dos demais países em desenvolvimento são hoje não mais que “quase estados-nação” (Rivero, 2010, p. 7): (i) não dispõem de recursos naturais mínimos para a manutenção de sua população — água, alimentos e fontes de energia, etc. —; (ii) não possuem uma classe média organizada em torno de uma identidade nacional que permita a composição de uma agenda nacional; (iii) constituíram Estados-nação com um frouxo controle territorial, inapetência tecnológica e pouca importância na política internacional; bem como se espelham em um modo de vida que se encontra em meio a uma (iv) crise de sustentabilidade social, ambiental e política, a civilização urbana ocidental. Assim, para Rivero, o desenvolvimento é um mito, um recurso retórico para aliviar a consciência dos países ricos.

Já com base em Furtado (1974), podemos assumir que a segunda fissura é uma contradição ontológica. Segundo esse autor, a noção de desenvolvimento se pauta por uma estrutura de premissas que tem um papel doutrinador e ideológico. A suposição de que é possível para os países subdesenvolvidos atingirem os níveis de renda e consumo dos países desenvolvidos, desde que tomem as decisões certas, é simplesmente irreal dadas as barreiras ecológicas e políticas do capitalismo mundial. A noção de desenvolvimento seria mais um produto simbólico do mundo sob a égide do capital, visando garantir a sua continuidade e reprodução, ou a reforma adaptada à interesses particulares. Essa noção, embora criticada, não deixa de efusivamente reproduzida, sempre associada a um convite destinado à coletividade de modo que esta ponha de lado suas diferenças para abraçar um projeto que seria de benefício comum. Essa tese é reforçada pela argumentação de Escobar (1995), para quem o surgimento da noção de desenvolvimento em meados do século XX teve um papel político e disciplinador.

Theotônio dos Santos (1976), por sua vez, afirma que, para se constituir cientificamente, a teoria do desenvolvimento precisaria ser capaz de entender e explicar os

padrões de mudança históricos de cada povo, em oposição ao procedimento comum de tentar se estabelecer uma teoria universal *a priori*. Segundo o autor, uma teoria assim, idealista, não seria capaz de explicar os processos de mudança de economias concretas. De fato, muito embora a maior parte da literatura especializada se proponha a discutir como atingir o desenvolvimento, o debate sobre qual a natureza do desenvolvimento, como ele efetivamente aconteceu no passado das nações hoje desenvolvidas, permanece escamoteado pela sugestão de que atingi-lo é o mesmo que mimetizar o seus padrões sociais do Norte rico (Santos Filho, 2005). Essa seria a terceira fissura que pretendemos destacar, de ordem epistemológica.

Mas, se a teoria do desenvolvimento econômico é uma ordem fissurada, o que sugere não ser o que aparenta, qual seria sua verdadeira natureza? Como afirma Cristaldo (2018), o desenvolvimento é uma das aparências da dinâmica do modo de capitalista. Ao passo em que o capital tenta amenizar suas contradições internas e escapar de crises estruturais por meio da contínua expansão dos espaços de acumulação e reprodução, esse processo transforma e ressignifica os aspectos físicos e sociais de onde penetra. O sentido da “modernização”, portanto, nada mais é que a transformação de relações sociais através da incorporação dos valores capitalistas, de modo que passem a servir para a produção e apropriação particular de mais-valor. As estruturas narrativo-discursivas que compõem esse corpo teórico então não seriam estratégias para o crescimento das sociedades, com o objetivo de atingir o bem comum, mas sim ferramentas dedicadas a promover o desenvolvimento do capitalismo.

Ou seja, o desenvolvimento é o processo de transformação capitalista dos espaços humanos. Suas teorias, embora autoproclamadas universais, são as expressões das expectativas egoístas das frações capitalistas donde emergem. Nesse sentido, quando a administração política toma a forma de uma estratégia de desenvolvimento, como aqui a analisamos, termina por assumir para si, mesmo que inconscientemente, a função de contribuir para a dinâmica do capital (Cristaldo, Ribeiro & Pessina, 2017).

2 Administração política enquanto estratégia de desenvolvimento

A Administração Política é idealizada como um subcampo da Administração que estuda a gestão das relações sociais de produção, distribuição e a circulação de riqueza. Nesse sentido, é apresentada também como uma crítica da visão funcionalista típica do campo, defendendo que, além das funções atribuídas à Administração, a esta também caberia auxiliar na perseguição do “bem-estar” das sociedades (Santos, R. 2010b, p. 3). Assim, alguns dos teóricos do campo têm se dedicado ao debate de propostas que possam levar à transformação da realidade brasileira. Em outras palavras, buscam propor estratégias de desenvolvimento a partir dos conhecimentos de gestão.

Partindo dessa premissa, R. Santos afirma que “[...] os insucessos das possibilidades transformadoras tem uma relação direta com equívocos que decorrem na administração dos processos, justamente por não ser a Administração responsável pela condução dos macroprocessos originários desses movimentos” (2010b, p. 5). Com o intuito de operacionalizar essa tomada de dianteira da gestão por parte da administração, indica princípios gerais que a Administração Política deveria assumir para dar conta dessa função:

1º. Princípio — só construir o novo depois do usufruto pleno do que já existe; deve-se reduzir o desperdício ao máximo possível. Nesse sentido, a máxima da “destruição criativa”, dada pelas ondas de inovações, deve ser administrada com muita atenção; 2º. Princípio — para legitimar (integrar) o Projeto de Nação ou outro de qualquer organização/instituição torna-se necessário relativizar a forte hierarquia prefigurada nos processos de construí-lo, de edificá-lo; 3º. Princípio — na execução de qualquer projeto, a temporalidade que deve ser observada como a mais conveniente não é a do mandato, mas a temporalidade do tempo técnico necessário à sua execução – com isso, evitando-se desperdício, elevação de custos e maus

administradores; 4º. Princípio — na avaliação dos resultados do projeto, não é aconselhável tomar o conjunto de metas como parâmetro, mas o cumprimento dos resultados, das finalidades. (Santos, R., 2016, p. 6).

Segundo o autor, observar tais princípios — (i) usufruto eficiente, (ii) relativização hierárquica, (iii) temporalidade política submetida à temporalidade técnica e (iv) finalidade —, faz parte da estratégia que deveria ser seguida para alcançar o desenvolvimento. Tais princípios, segundo o autor, possibilitariam reparar o desperdício, descontinuidade, altos custos, e mesmo a desvirtuação da real finalidade do Estado.

A viabilidade de consolidação dessa proposta num espaço capitalista, onde o antagonismo entre classes resulta em usufruto desigual da riqueza social, não é uma tarefa fácil, porém, o capitalismo em si não recebe uma crítica em seus escritos. Pelo contrário, o toma como um pressuposto não apenas incontornável, como também necessário, uma vez que em nenhum momento identifica os problemas do modo de produção como questões estruturais, mas sim conjunturais — de arranjo, de gestão marginal, resultantes de escolhas. Por isso mesmo, acreditamos, suas propostas tomam muito o sentido de uma reforma. Além daqueles princípios, o autor relaciona lições a serem seguidas:

1ª Lição — integrar os atos de pensar e agir para transformar; 2ª Lição — ter precaução no uso do conhecimento forâneo; 3ª Lição — ter precaução com a máxima da economia “recursos escassos e necessidades ilimitadas”; 4ª Lição — revisão na metodologia do desenvolvimento adotada pelo capitalismo; 5ª Lição — a relevância no processo de desenvolvimento para os aspectos distributivos. (Santos, R., 2016, p. 7).

A partir da primeira lição o autor sugere a superação da dicotomia entre os atos de pensar e agir. Já que não existem dois conhecimentos um separado do outro, “o conhecimento científico puro — que observa, expõe e explica — de um conhecimento empírico, prático, normativo.” (Santos, R., 2016, p.7) nessa lição, fica explicitada a proposta do autor para a administração política colocar-se *pari passu* com as ciências que orientam, ou que tem orientado os destinos da sociedade. Em outras palavras, a separação entre economia — como um saber teórico — e a administração — esta, por sua vez, um saber prático —, é vista como artificial e ineficiente.

A segunda lição serve para destacar a necessidade de se desvincular dos conhecimentos e aspectos teóricos-metodológicos estrangeiros. Para o autor, é necessário substituí-los por teorias, metodologias e empiria locais. Embora o autor não afirme diretamente, parece acreditar que os saberes vindos de outros contextos não funcionariam adequadamente, pois não lidariam com as necessidades de contextos diferentes.

A terceira lição sugere que, uma vez que a escassez de recursos precisaria ser relativizada e superada pelo avanço da ciência e tecnologia em curso; e que a noção de necessidades ilimitadas, quando não qualificadas, pode se tornar uma questão moral; a máxima primária da ciência econômica precisa ser relativizada. Ainda segundo Santos, esta idealização pode constituir um biombo ideológico, no qual se tenta esconder ou justificar a distribuição desigual de riqueza na sociedade capitalista.²

A quarta lição é uma crítica contra a noção de desenvolvimento da teoria econômica neoclássica. Tal metodologia se fundamentaria na sugestão de que se deveria atingir o objetivo do crescimento econômico para que, então, viesse o desenvolvimento e, por fim, a distribuição de renda. Segundo o autor, essa sequência precisa ser revisada. Depois de quase três séculos de avanços nas forças produtivas e no acúmulo de riqueza, se faz necessária uma inversão nessa metodologia: R. Santos (2016) sugere que deve haver distribuição *para qualquer nível de renda* (PQNR). Ou seja, o autor propõe que o início do processo de desenvolvimento seja a própria

distribuição, sendo necessária uma política de expansão do produto de acordo com as necessidades da sociedade.

A partir da lição anterior, o autor retira a quinta lição: o desenvolvimento precisa ser discutido não mais a partir do crescimento do produto, mas sim a partir dos aspectos distributivos.

Partindo destes princípios e lições, Santos sugere ser possível a concepção de uma administração política que garanta as bases de uma sociedade mais justa. Para o caso brasileiro, R. Santos e Gomes (2016) indicam que uma proposta alternativa de gestão do desenvolvimento que deve considerar os seguintes pressupostos:

- A superação metodológica da distinção entre uma política de curto prazo (estabilização) das políticas de médio e longo prazo (crescimento econômico). Uma proposta de administração política deve ser concebida por ações com “[...] diferentes tempos de execução, numa sucessão lógica em que a fase conseqüente é sempre dependente da fase antecedente.” (Santos, R. & Gomes, 2016, p. 7).
- Gasto público concebido para além da perspectiva keynesiana de caráter anticíclico, voltado para a realização e execução da agenda de tarefas necessárias para atender a demanda social. Necessita-se de um Projeto de Nação.
- No terceiro pressuposto os autores asseveram que “não é verdade que estamos pensando as coisas certas, e ao final os resultados não tem sido aqueles esperados” (Santos, R. & Gomes, 2016, p. 8). Para os autores, no Brasil, a política econômica, desde os anos 80, vem repetindo um receituário para atender pronta e diretamente aos interesses dos formuladores e administradores da política econômica, ou seja, atendendo interesses individuais ou de determinada classe, em detrimento aos interesses da coletividade.
- O quarto pressuposto indica que o Projeto de Nação não pode estar vinculado à concepção tradicional de desenvolvimento como num movimento linear. Para os autores, o desenvolvimento deve partir da distribuição de renda.
- Por considerarem que a gestão estatal brasileira é curtoprazista, no quinto pressuposto, R. Santos e Gomes (2016) afirmam que isso torna políticas “improvisadas, desintegradas, inconclusas e onerosas”. Para os autores, isso só pode ser rompido mediante um Projeto de Nação à longo prazo.

Partindo dos princípios, lições e pressupostos acima descritos, os autores propõem a estruturação de uma estratégia de desenvolvimento, na forma de um Projeto de Nação para o Brasil. Para isso, sugerem a adoção de (i) uma política social, (ii) duas dimensões de conteúdos fundamentais e (iii) duas temporalidades. A primeira dimensão refere-se à primeira fase do Projeto, sendo caracterizada pela construção civil. Nesse sentido, segundo os autores, seria executado um vigoroso programa de investimentos para,

[...] a recuperação ampla das estruturas já edificadas, nas áreas da educação, saúde, segurança pública e o sistema judiciário e toda a infraestrutura de ferrovias, rodovias, aerovias e hidrovias, e todas as correlatas com o meio ambiente [...]. Porém, nessa dimensão, o programa que deve apresentar a maior beleza estética e sentimento humanístico é o da construção civil em áreas urbanas, que se materializa no projeto que denominamos de **desfavelização** das áreas urbanas degradadas. (Santos, R. & Gomes, 2016, p. 11, grifos do autor).

A segunda dimensão, que corresponde à segunda fase do Projeto de Nação para o Brasil, nas palavras dos autores,

[...] compreende o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas estruturantes e de suas instituições voltadas para a elevação dos padrões econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira, tais como: uma política urbana; uma política de abastecimento (conformada nas ações agrárias e agrícolas); uma política industrial (dando ênfase na descentralização da produção, tanto espacial quanto na natureza e escala dos projetos); uma política de infraestrutura; uma política ambiental; uma política de saúde; uma política de segurança; uma política de educação, científica e tecnológica; etc. (Santos, R. & Gomes, 2016, p. 12).

Assim, ao tomar o programa de construção civil como ponto de partida, os autores afirmam ser possível a implantação de vários outros programas a partir daquele, como o educacional, e de saúde, o de segurança, o de transporte, dentre outros. Em relação ao financiamento e a temporalidade de tal proposta, os autores sinalizam que em relação ao primeiro, “não há muita dificuldade em apontá-la, pois basta uma análise honesta do Orçamento do Estado brasileiro e lá serão encontradas todas as alternativas de financiamento mais conveniente aos interesses da maior parcela do povo e do futuro do Brasil.” (Santos, R. & Gomes, 2016, p. 13). Em relação ao segundo, deve ser compreendida a temporalidade técnica necessária à execução do Projeto de Nação, em contraposição ao tempo do mandato, tão amplamente utilizado na administração pública.

Mas afinal, o que há de novo nessa proposta? Não encontramos novidades em termos de conteúdo, pois, parte dela foi o que se presenciou no Brasil da gestão dos governos do PT. Como nos chama a atenção R. Santos e Gomes (2016), o novo estaria na maneira de fazer as coisas (a tal “nova” metodologia) direcionando a produção pública para a sua finalidade última: o bem estar da sociedade. Este processo é denominado pelo autor como administração política. Ou seja, a novidade seria a análise e transformação da realidade por meio da administração.

Para tanto, R. Santos (2004) considera o Estado a mais importante instituição. Como o Estado é concebido pelo autor como a instituição responsável por atender as demandas coletivas, seria através dele que melhor se manifestaria a administração política. O Estado é apontado pelo autor como a instituição por meio da qual a sociedade busca o bem-estar. Logo, é através do Estado que o desenvolvimento pode ser programado. Para o autor:

[...] se a administração política é a expressão das relações do Estado com a sociedade na concepção do projeto de nação, então o modelo de gestão (bases institucionais e organizacionais) para a implantação desse projeto de nação constitui o objeto da administração, portanto a sua macrofundamentação. (Santos, R., 2004, p. 46).

Caberia ao Estado a concepção de modelos para gerenciar as relações sociais de produção, realização e distribuição. Por meio da administração, o Estado deveria criar e implementar estratégias para prover os meios e garantir as condições materiais com o intuito de elevar o nível de produto e renda para, desse modo, alcançar o bem-estar social. Para R. Santos et. al (2016) o protagonismo do Estado é fundamental no aspecto distributivo, haja visto os patamares de riqueza e renda acumulada. Da mesma forma, seria seu objetivo regular a oferta e universalizar o acesso aos serviços públicos disponíveis.

Para os autores, os processos sociais são gerenciados. Assim, o *como* se quer fazer é passível de controle. Ao Estado é possível, então, escolher um modo de pensar e fazer políticas que sejam movidas pelo interesse geral e que estejam efetivamente comprometidas com o futuro da nação. A escolha das melhores estratégias para se alcançar este desiderato é uma opção, e não uma determinação. Para os autores, é imperioso compreender que o grande problema do

capitalismo de forma geral e do brasileiro em particular, é aprender a administrar melhor os processos sociais. Em suma, sua proposta é melhor racionalizar a gestão do Estado, o que seria suficiente para atingir o desenvolvimento.

3 Nas entrelinhas da estratégia de desenvolvimento da Administração Política

Embora as características do projeto de desenvolvimento da administração política sejam apresentadas como inovadoras, na nossa opinião, essa afirmação não se sustenta diante de uma análise acurada da proposta. A construção dessa dimensão do campo se pauta, a nosso ver, por uma releitura da macroeconomia keynesiana, maquiada por uma pretensa valorização do pensamento local. Porém, embora sugira uma quebra de vínculo com as raízes do pensamento do eixo Europa-EUA, suas bases e inspirações revelam laços ainda muito fortes com essa matriz de pensamento.

Os quatro princípios elencados na seção anterior são, a nosso ver, sugestões práticas dotadas de apelo racional. Ao sugerir que se deve usufruir dos bens à disposição em sua totalidade, adequar as estruturas hierárquicas para engendrar processos de mudança, projetar a temporalidade dos projetos de desenvolvimento de forma independente do ciclo político, assim com avaliar o cumprimento dos resultados a longo prazo, apenas afirmam o que *a priori* é o mais racional e evidente. O que é menos óbvio, em nossa opinião, é o *como fazer* isso dentro do contexto político e econômico de um capitalismo periférico como no Brasil. Podemos enxergar isso melhor, se realizamos uma pergunta para cada um daqueles princípios:

- Sobre o primeiro princípio, como convencer uma sociedade a controlar o ímpeto consumo, num contexto no qual, para manter a retroalimentação do ciclo de realização das mercadorias (num modo de produção capitalista que, tipicamente, produz muito além da capacidade de absorção da demanda), é necessário reduzir cada vez mais o ciclo de vida do produto por meio de artifícios como a obsolescência programada e percebida?
- Acerca do segundo princípio, pode-se perguntar por meio de qual argumento se convencerão as elites — o bloco no poder — a abrir mão de sua influência e posições históricas para dar lugar a um novo projeto que, no limite, pode vir a contestar seus espaços típicos de representação?
- Já o terceiro princípio nos leva a indagar: se a temporalidade técnica do projeto de desenvolvimento tem que se sobrepor a temporalidade política, como convencer políticos profissionais, assim como seus financiadores no seio da classe capitalista, a dar continuidade a um projeto de longo prazo que pode mudar as estruturas de poder e ameaçar o atingimento de seus interesses de curto prazo?
- Por último, em relação ao quarto princípio, pode-se perguntar: como mensurar se um projeto está, efetivamente, atingindo seu objetivo mais geral, se não acompanharmos suas etapas intermediárias com medições em termos de metas a curto e médio prazos?

Parece-nos que naqueles princípios, R. Santos (2010b) sugere haver uma hierarquização onde a racionalidade técnica — o Projeto de Nação — se impõe sobre a racionalidade política, as estruturas de poder, interesses e representação. O curioso é que essa defesa nos parece um mero cientificismo, aquele que clama a superioridade da razão sobre outras esferas da sociedade. É uma defesa tão distante da política, que parece não se alinhar

com a própria noção de administração política — uma vez que, no âmbito desse modo de pensar, se espera que a técnica seja pensada dentro de um contexto de interesses e poder.

Talvez por isso, o autor não tente sequer sugerir **como** se construirá o *momentum* político para materializar aqueles princípios. Apenas defende que eles devam ser perseguidos e adotados por serem racionalmente superiores, o que é uma argumentação muito mais técnica do que política.

Ainda cabem considerações acerca das quatro lições da estratégia de desenvolvimento da administração política.

Quando sugere que é preciso “integrar os atos de pensar e agir para transformar” (a sua primeira lição), Santos está fazendo alusão à máxima marxiana de que é preciso que a filosofia passe a aprimorar o mundo que tenta compreender — a qual, inclusive, ele utiliza como epígrafe do *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil* que serve como primeiro capítulo de um de seus livros (Santos, R., 2010b, p. 11). A partir daí, é possível extrair um dos pontos fundamentais de seu pensamento, que é a noção de distribuição de riqueza “para qualquer nível de renda” (PQNR).

Isso sugere deixar de lado uma das presunções neoclássicas de que o crescimento econômico, que naquele ponto de vista se dá por meio da acumulação de capital, pressupõe uma escolha diante do *trade-off* entre consumir inteiramente o produto de um ciclo, ou abrir mão de consumo para que possa haver poupança capaz de financiar o investimento, o qual virá a aumentar o produto potencial do próximo ciclo. Muito embora o esquema linear do crescimento neoclássico seja míope para o fato de que a acumulação capitalista — isto é, a absorção particular, por parte de uma elite, do excedente do produto — resulta em uma distribuição desigual da riqueza social, não está equivocado em pressupor que a capacidade de aumento do produto futuro depende, necessariamente, de se separar uma parte do produto presente para realizar investimento.

Além disso, Reginaldo Santos simplesmente ignora setenta anos de economia do desenvolvimento, que produziu inúmeras críticas à aquele esquema neoclássico. Podemos citar desde as críticas mais alinhadas, como as de Prebisch, Furtado, Sunkel, ou ainda das inúmeras fases da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), passando pelas críticas mais contundentes de Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Marini, seus desdobramentos nas teorias de sistema-mundo de Wallerstein, Braudel, Arrighi e Amin, até as críticas pós-modernas, como de Escobar, e pós-colonialistas, como de Aimé Césaire, Frantz Fanon, Robert Young, entre outros. A verdade é que há muito tempo se compreende que a noção linear de crescimento da economia do *mainstream* é falha, limitada, insuficiente, além de histórica e concretamente irreal, bem como serve muitas vezes apenas como justificativa ideológica para a manutenção dos privilégios dos países do centro e de suas classes dominantes. Santos escolhe simplesmente ignorar esses saberes, perdendo a oportunidade de enriquecer o projeto da administração política.

Outro detalhe que acreditamos ser digno de nota são as duas sugestões de “ter precaução no uso do conhecimento forâneo” (segunda lição) e de “ter preocupação com a máxima da economia ‘recursos escassos e necessidades ilimitadas’.” (terceira lição). Essas colocações parecem pressupor que os conhecimentos da economia (ou de uma corrente específica da teoria econômica) são equivocados e, quando replicados em contextos sociais diferentes, não seriam adequados (ou precisariam ser adaptados) para a realidade local. Decerto, essa é uma crítica recorrente e verdadeira, visto que a ciência econômica do *mainstream* foi essencialmente construída a partir das problemáticas típicas dos países centrais capitalistas. Porém, em nossa opinião, os autores da administração política perdem uma oportunidade de identificar, nesses conhecimentos forâneos, peças importantes na manutenção da circunstância de subdesenvolvimento dos países periféricos. Não é um mero caso de inadaptabilidade, mas

sim que a própria ciência econômica é um campo, assim como um instrumento, de disputa política.

Como Cardoso e Faletto (1977) demonstram, a condição de dependência material dos países da periferia está vinculada a uma dependência intelectual das elites locais e instituições aqui dominantes em relação aos países centrais, sobretudo na América Latina. E, se esses autores acreditam que, mesmo sob essa circunstância de dependência é possível se desenvolver, Ruy Marini (2005) é muito enfático em contrariá-los ao afirmar que a situação de dependência é materialmente constrangedora — algo que, inclusive, Arrighi (1997) expõe empiricamente. Não por acaso, Celso Furtado (2008) coloca como um dos motivos fulcrais da continuidade da situação de subdesenvolvimento, a hegemonia do pensamento da metrópole, que não apenas é inadaptable às circunstâncias locais, mas sobretudo têm um papel político de assegurar a continuidade das relações de dependência social, cultural, intelectual, política e material da periferia com o centro.

No nosso ponto de vista, falta à administração política uma visão de totalidade. Não apenas no sentido de abordar a gestão de um país como um todo, mas sobretudo na capacidade de enxergar as relações entre a política, o poder e os interesses com o conhecimento, as teorias e as representações da realidade, bem como suas consequências materiais, institucionais e comportamentais. Em suma, muito embora se proponha a fazer uma análise macrossocial, a administração política se apresenta como microgestorial, por que continua presa a sua própria autolimitação de foco nos procedimentos do **como fazer** de um projeto de desenvolvimento, sugerindo abarcar, mas na prática ignorando, a política e o poder.

As lições quatro, “revisão na metodologia do desenvolvimento adotada pelo capitalismo”, e cinco, “a relevância no processo de desenvolvimento para os aspectos distributivos”, são uma continuidade dessa tímida crítica à noção de desenvolvimento como crescimento. Tímida, tanto por que essa crítica já foi realizada por parte da teoria do desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX, conforme argumentamos, assim como por que a solução proposta por Reginaldo Santos, a centralidade do aspecto distributivo como elemento central para o desenvolvimento, já se encontra pressuposta na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Renda* de John Maynard Keynes, bem como explícito no pensamento de economistas keynesianos em suas diversas matizes (Amadeo & Dutt, 2003. Davidson, 2003. Ferrari Filho, 2003).

Não por acaso, acreditamos que os pressupostos então elencados dentro do projeto de desenvolvimento da administração política também deixam a desejar tanto em termos de novidade, quanto em refinamento.

A sugestão de que é preciso superar a distinção metodológica entre as políticas de estabilização (curto prazo), expansão da riqueza e crescimento econômico (médio e longo prazos) parece coerente. Mas, essa separação metodológica acontece apenas no âmbito da economia neoliberal — com uma função muito mais política que econômica, pois visa reestabelecer as condições de lucratividade excepcional prévias ao Estado de bem-estar, bem como garantir a manutenção de transferências de riqueza da periferia para o centro, assim como das classes trabalhadoras para os capitalistas (Dumenil & Levy, 2004) —, e da síntese neoclássica do pensamento keynesiano realizada na segunda metade do século XX, que resultou na redução da macroeconomia à políticas monetária, fiscal e cambial (Lima, 2003). Como já foi dito anteriormente, a teoria do desenvolvimento, sobretudo essa produzida a partir da América Latina, já atenta para tais questões desde meados do século passado.

Já os pressupostos dois e quatro, quando sugerem que o gasto público não deve ser apenas encarado como medida anticíclica e que o desenvolvimento deve ser induzido pela distribuição de renda, R. Santos e Gomes (2016) estão apenas se alinhando a economistas da pós-keynesianos ao sugerir um estratégia do lado da demanda. Keynes, na *Teoria Geral...*, efetivamente receita o gasto público como medida de ajuste da demanda efetiva, algo

momentâneo, pois que está pensando a partir do ponto de vista de uma economia dinâmica — central —, já desenvolvida. A sua preocupação principal ali era o emprego e o nível de investimento. No entanto, logo após a consolidação da interpretação keynesiana como, então, *mainstream*, esse entendimento do gasto público como indutor do desenvolvimento rapidamente tomou forma e se consolidou no mundo ocidental, compondo a base do pacto social que permitiu o surgimento do Estado de Bem-Estar (Boyer, 1990. Newman, 1981). Ou seja, esses pressupostos tampouco são novidade.

O terceiro e o quintos pressupostos partem, sem dúvida, são também coerentes. Sim, a política econômica brasileira tem sido o resultado de um arranjo de interesses de formuladores de políticas e gestores do Estado, assim como e talvez mais precisamente, de frações capitalistas; e, sim, tais arranjos são conduzidos muito dentro do espectro temporal do curto prazo. Reginaldo Santos, porém, oferece como ponto de oposição a isso a categoria imprecisa dos “interesses da coletividade”. Ora pois, a um leitor atento pode ocorrer a seguinte questão, “quais são os interesses da coletividade?” Diante da indagação, alguém pode, simplesmente, responder: “isso depende de qual o ponto de vista se observa a questão”. Convém mencionar que, como mostra Cristaldo (2014), os interesses das classes e frações de classe na sociedade capitalista tomam a forma de projetos de gestão para o Estado e instituições sociais, cujas premissas sugerem que as aspirações particulares daqueles grupos representam, na verdade, o interesse da coletividade. Segundo esse autor, a disputa pela hegemonia social se dá, resumindo de forma muito simplificada, por meio da capacidade de convencimento desses projetos. Dito de outro modo, a categoria “interesses da coletividade” nos parece ser um epifenômeno. Aparentemente, trata-se de uma ilusão decorrente do olhar enviesado, que não percebe claramente a profundidade dos interesses em conflito no espaço societário.

Além disso, muito embora Reginaldo Santos sugira a necessidade da política econômica em deixar de atender interesses transitórios e curtoprazistas, para focar nos interesses gerais e no longo prazo, ele falha em explicar *como* será possível fazer essa passagem. Seu clamor, aparentemente, é para que as classes deixem de lado seus interesses irreconciliáveis, ponham à parte suas diferenças e atritos históricos, deem as mãos e se unam em torno de um projeto de nação cujos termos foram delineados de forma especulativa e idealista.³ Simplesmente, não acreditamos ser factível.

Dessa forma, o projeto que emerge da proposta de administração política de R. Santos e Gomes (2016), quando toma a forma de sugestões práticas, aparece como um mero plano de gastos, naquelas duas fases mencionadas: 1) recuperação de infraestrutura urbana, produtiva e habitacional; mais 2) políticas sociais mencionadas apenas de forma genérica. Plano cujo financiamento se pauta, simplesmente, numa “análise honesta do orçamento” (Santos, R. & Gomes, 2016, p. 13), como se isso não tivera sido feito até agora, como se a todos os planejadores e economistas brasileiros em situação de tomada de decisão, faltasse honestidade, vontade política, ou capacidade técnica. Não queremos aqui descartar nenhuma dessas possibilidades *a priori*, mas sobretudo lembrar que os autores não apresentam evidências que corroborem essa colocação.

E no que tange a temporalidade, os autores simplesmente sugerem que se deve fazer o óbvio: o plano de desenvolvimento precisa sobrepor o ciclo político. A essa altura o leitor deve estar a se indagar acerca do porquê de, se se trata de algo tão simples, tão linear, como ninguém pensou nisso até agora? Há recursos orçamentários, basta uma “análise honesta”, cuja aplicação necessita apenas de um plano cuja tecnicidade se imponha sobre a política.

A verdade é que os autores se permitem fazer tais colocações, pois partem de uma visão idealista de Estado, com uma solução que não enfrenta os problemas históricos do desenvolvimento brasileiro, como sugeria Theotônio dos Santos (1974). Uma “análise honesta do orçamento” talvez revele recursos à disposição. Mas, como seria a reação política das muitas

frações da classe capitalista diante de um plano amplo de recuperação da infraestrutura urbana e produtiva, com foco em benefícios para as classes trabalhadores?

Os autores deixam de lado em sua análise as questões centrais. A superação do subdesenvolvimento não parecer depender apenas de um plano que se sobreponha ao ciclo político, mas em como fazer com que a classe política abra mão de seus interesses, costumes e *modus operandi* para implementá-lo. Tampouco parece depender de uma “análise honesta de orçamento”, mas em como convencer as frações capitalistas de que aqueles recursos não devam ser destinados a seu usufruto particular, seja na forma de financiamentos, subsídios, renúncias fiscais, perdão de dívidas, contratos superfaturados ou pagamento de juros. Muito menos parece depender de se entender que é o Estado a instituição social mais capaz de fazê-lo, mas sim em como organizar e estruturar o Estado de modo que venha a superar seus seculares vícios ideológicos, comportamentais e gerenciais, bem como os fortes laços históricos com as classes dominantes e a manutenção de seus privilégios.

Tudo isso, enquanto enfrentará a oposição aberta de capitais rentistas, locais e forâneos, de um oligopólio de mídia ideologicamente comprometido com o neoliberalismo, de capitais transnacionais cujo objetivo é transferir valor aqui produzido para seus países de origem, de *think tanks* neoliberais e mesmo dos governos dos países centrais.

Essa é apenas uma pequena fração das perguntas sem resposta, as quais os autores da Administração Política, em sua manifestação como estratégia de desenvolvimento procuram evitar. Isso demonstra que seu plano ainda carece de uma análise mais aprofundada da realidade que pretendem modificar. Sim, é preciso que a filosofia passe a transformar o mundo em vez de apenas contemplá-lo, mas é impossível fazê-lo sem minimamente entender a natureza, as causas e a dinâmica dos problemas enfrentados. Talvez os autores pudessem ter provido, ao menos, à “análise honesta do orçamento” para demonstrar, se não um estudo dos muitos interesses envolvidos, no mínimo a viabilidade material de seu plano. Mas não é o caso.

O que percebemos é que a administração política nessa configuração, não tenta sequer usar a gestão para compreender os problemas. Trata o desenvolvimento como um problema de conjuntura, para o qual apresentam uma resposta técnica. Assim, continua micro, pois enxerga apenas um problema de uso racional de recursos, para o que bastaria uma solução de engenharia. Num primeiro olhar, o projeto da administração política pode parecer uma novidade, já que propõem uma análise macro-gestorial do problema de desenvolvimento; mas se analisada a fundo, revela-se apenas mais um desenvolvimentismo.

Nesse sentido, quando a Administração Política assume a forma de uma estratégia de desenvolvimento, termina por reproduzir as fissuras da própria teoria do desenvolvimento. Epistemologicamente, embora se pretenda apresentar um projeto para o caso brasileiro, o fato de ignorar os problemas específicos de gestão dos interesses locais demonstra que suas propostas são tão genéricas quanto as da teoria econômica do desenvolvimento. Ou seja, novamente falha em captar os aspectos históricos específicos que permitiriam compreender as determinantes e as oportunidades concretas de mudança econômica e social do Brasil.

Já o clamor por um pacto coletivo em torno de um projeto de nação, o que denota uma preocupação com a estabilidade institucional e com um tipo de mudança mais incremental que radical, demonstra que o estratégia da Administração Política é apenas reformista na margem. Isso fica evidente em sua preocupação com o aspecto distributivo e no fato de não se ocuparem efetivamente das relações sociais de produção, o que, por sinal, fecha seus olhos para as determinantes estruturais do subdesenvolvimento. Em outras palavras, reproduz a contradição ontológica da teoria do desenvolvimento, da medida em que se apresenta como estratégia de mudança, mas no fundo não pretende ensejar uma ruptura com as causas mais profundas do subdesenvolvimento.

Dados esses fatores, não acreditamos que os eventuais resultados do projeto da Administração Política venham a ser distintos daqueles creditados à teoria do desenvolvimento

por Rivero (2010). Além disso, como apontam Cristaldo et al (2017), talvez sequer esse movimento goze de organicidade no bojo das relações sociais brasileiras para se firmar como alternativa politicamente viável. Esses autores argumentam que, por se tratar de um movimento idealista nascido na academia, talvez a administração política sequer seja capaz de aglutinar interesses concretos para viabilizar seu projeto.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo teórico foi analisar a estratégia de desenvolvimento para o Brasil, proposta pelos teóricos ligados ao movimento da administração política. Esse autores defendem que o problema de desenvolvimento brasileiro é uma questão gerencial, sendo possível, portanto, reprogramar a ação do Estado para atingir uma situação de bem-estar. O procedimento empregado nesse artigo teórico foi a exposição e análise de suas propostas, por meio de uma revisão bibliográfica, acompanhada por uma reflexão crítica sobre os fundamentos de seus princípios, lições e pressupostos.

Na primeira seção realizamos um breve debate sobre a noção de desenvolvimento no âmbito do modo de produção capitalista. Partimos da premissa de que a teoria de desenvolvimento apresenta fissuras ontológicas, epistemológicas e de resultados, evidenciadas pela coexistência de muitas teorias concorrentes e contraditórias entre si. Nesse sentido, sugerimos que, ao contrário da expectativa inicial, o desenvolvimento é uma das aparências assumidas pela dinâmica capitalista. As teorias do desenvolvimento não seriam narrativas com o objetivo de atingir o bem-estar coletivo, mas sim os interesses particulares de frações da classe capitalista. Isso inclusive abarcaria a própria estratégia proposta pela administração política.

A segunda seção, por sua vez, foi dedicada à revisão de literatura acerca da estratégia de desenvolvimento da administração política. Analisamos seus princípios, lições e pressupostos, os quais seriam necessários, segundo os teóricos da área, para a elaboração de uma nova gestão do Estado para o desenvolvimento. Para os autores da administração política, o Brasil precisa de um Projeto de Nação à longo prazo, ao redor do qual deveriam se comprometer os muitos atores sociais, grupos, classes e frações, independente de suas diferenças de interesse *curtoprazistas*.

Por último, na terceira seção nos dedicamos a uma análise acurada da estratégia da administração política para o desenvolvimento. Constatamos que não se trata de uma construção inovadora. Os princípios gerais da administração política se apresentam como sugestões práticas, revestidos de uma lógica para a qual a racionalidade técnica deveria suplantar a racionalidade política, o que, a nosso ver, é uma contradição em relação ao próprio conceito. No que diz respeito às lições preliminares, a maior fragilidade se encontra na falta de diálogo com reflexões teóricas já consolidadas sobre as temáticas apresentadas, levando os teóricos da administração política a desperdiçarem a oportunidade de enriquecer e potencializar sua proposta. No que tange aos pressupostos para o caso brasileiro, falta originalidade no debate, assim como são apresentadas categorias imprecisas que necessitam de uma melhor explicação, como é o caso de “interesses da coletividade” e “análise honesta do orçamento”. Falta também um aprofundamento acerca da factibilidade política e operacional de tais pressupostos.

Por fim, concluímos que a administração política pouco supera as teorias do desenvolvimento, em muito reproduzindo aquelas fissuras debatidas na primeira seção. Embora haja um apelo do campo por uma análise macrossocial, se apresenta como micro-gestorial, ainda presa aos procedimentos do *como fazer* de um projeto de desenvolvimento que a princípio sugere abarcar o debate da política e do poder, mas no fundo os ignora. Além disso, falha ao não explicar *como* serão conduzidas e viabilizadas as lições, os princípios, os pressupostos, e o

Projeto de Nação que emergem de sua proposta. Em termos de limitações do estudo, é preciso destacar que o presente artigo não partiu de um mapeamento exaustivo de toda a produção do campo, tendo escolhido apenas as obras principais dos autores centrais. Essa limitação pode representar oportunidades de estudos futuros.

-
- ¹ Segundo Deleuze e Guattari (2011), transversal é a condição de um processo social cuja complexidade pode gerar estranhamento quando observado do ponto de vista de uma disciplina tipicamente moderna, pois quando algo assim o tenta explicar racionalmente de maneira analítica — processo de decomposição do todo em partes —, esbarra em comportamentos anômalos de seus aspectos isolados, os quais surgem devido à sua matriz ontológica estar complexamente ligada a um todo, o qual se espalha como um rizoma por muitas dimensões da existência concreta e simbólica das relações sociais que o perfazem. Assim sendo, ao afirmarmos que Desenvolvimento é um tema transversal, o fazemos partindo da compreensão de que não é possível esgotá-lo em uma exposição única, ou a partir de um campo disciplinar em particular, mas tão somente nos referirmos à aquele a partir de uma perspectiva inevitavelmente parcial e, portanto, transitória.
- ² Vários estudos têm denunciado a escalada da concentração de renda e riqueza, com conseqüente ampliação de desigualdades, na contemporaneidade: o *Report on the World Social Situation 2005: The Inequality Predicament*, United Nations, New York, 2005; o documento do Banco Mundial, *The Next 4 Billion*, Washington, 2007; o estudo realizado por James B. Davies, *Personal Wealth from a Global Perspective*, em 2008, para o *World Institute for Development Economics Research*, da Universidade das Nações Unidas. Deve-se destacar também, estudos mais recentes que tem demonstrado a ampliação dessa concentração, como as pesquisas de Thomas Piketty, publicadas no livro *O Capital do Século XXI*, publicado em 2014, que demonstra a tendência de crescimento das desigualdades econômicas no capitalismo; o relatório da Oxfam publicado em 2016, ao apontar que desde 2015 os 1% mais ricos detinha mais riqueza que o resto do planeta – conforme relato de indignação, é a economia a serviço dos 1%; assim como, as análises do grupo suíço Credit Suisse, realizados por James Davies, Rodrigo Lluberias e Anthony Shorrocks, e publicado no *Global Wealth Databook 2016*, quando elaboraram uma pirâmide da riqueza global, baseada no número de adultos, onde constatam que são 33 milhões os adultos que possuem mais de um milhão de dólares, o que equivale a 0,7% do total de adultos do planeta. Em relação à riqueza de que dispõe, este pequeno grupo pertencente ao topo da pirâmide, acumulam 116,6 trilhões de dólares, que representa 45,6% da riqueza total avaliada para os adultos no mundo. Esta situação de barbárie continua crescente e inabalável.
- ³ É preciso por concretude nessa visão, então imaginemos lideranças indígenas, grileiros, ruralistas, o MST, assim como operários urbanos, a classe média tecnocrata, capitalistas locais, rentistas, a Febraban e capitalistas estrangeiros, juntos, unidos em torno de um projeto de desenvolvimento que, de um lado, assumirá o controle do Estado, restringirá e redistribuirá o lucro do capital produtivo, diminuirá os juros bancários e realizará a reforma agrária, reduzindo o papel do grande proprietário rural, enquanto de outro lado elevará a renda da massa trabalhadora, proporcionará acesso popular a serviços essenciais de educação, saúde, segurança, moradia e transporte, bem como a uma cesta de produtos de maior valor agregado. Ora, mas isso já foi tentado pelo Partido dos Trabalhadores no governo na primeira década do século XXI, e terminamos a aventura em um golpe de Estado.

Referências

- AMADEO, E. J.; DUTT, A. K. Os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. Sicsú (Org.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Tradução Sandra G.T. Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BESLEY, T. (Org.). *Contemporary issues in development economics*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2016.
- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. Tradução de Renée Barata Zicman. São Paulo: Nobel, 1990.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- CRISTALDO, R. C. A administração política e a internacionalização de capital: o papel do Estado na formação das bases para a internacionalização da indústria brasileira de construção civil, 1964-1979. *Revista Brasileira de Administração Política — Rebap*, v. 7, n. 1, p. 143-166, abr. 2014.
- CRISTALDO, R. C. *Desenvolvimento e integração internacional: os casos de Brasil e México*. 249 f. il. 2018. Tese (Doutorado) — Núcleo de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- CRISTALDO, R. C.; RIBEIRO, M. M.; PESSINA, M. E. H. Administração política e novo desenvolvimentismo: alternativas ou continuidade? *Farol*, v. 4, n. 10, p. 601-663, ago. 2017. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3923/2015>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- CRISTALDO, R. C.; SENNA, J. R. de; MATOS, L. S. The founding narratives of the myth of economic development and the Brazilian neo-developmentalism. *Revista Brasileira de Administração Pública — RAP*, v. 52, n. 3, p. 527-553, maio/jun. 2018.
- DAVIDSON, P. Resgatando a revolução keynesiana. LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 3-28.
- DUMENIL, G.; LEVY, D. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Tradução D. Jeffers. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004.
- ESCOBAR, A. *Encontering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- FERRARI FILHO, F. “Keynesianos”, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma leitura pós-keynesiana. LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 273-298.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KHAN, S. R. *A history of development economics thought*. New York, NY: Routledge, 2014.

LIMA, G. T. O império contra-ataca: a macroeconomia de Keynes e a síntese neoclássica. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 389-426.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. Tradução M. Carcanholo. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.137-180.

MORIN, F. *L'Hydre mondiale, l'oligopole bancaire*. Paris: Lux Editions, 2015.

NEWMAN, O. *The challenge of corporatism*. Londres: The MacMillian Press, 1981.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Tradução Mônica B. de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIVERO, O. de. *The myth of development: non-viable economies and the crisis of civilization*. 2. ed. London: Zed Books, 2010.

SÁINZ, J. P. P. (2016). Globalización y relaciones asalariadas en América Latina: entre la generalización de la precariedad y la utopia de la empleabilidad. In: FERNÁNDEZ, D. C.; TAVIRA, N. B.; CAVALLERO, R. T. (Org.). *Trabajo global y desigualdades en el mercado laboral*. Buenos Aires: Clacso, 2016. 19-38.

SANTOS FILHO, O. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, T. las C. (Org.). *Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais*. Belo Horizonte: PUC Minas 2005. p. 13-75.

SANTOS, E. L. Teoria da administração política do desenvolvimento: uma proposta teórica do Sul. In: SANTOS, E. L. (Org.). *Teorias administrativas contemporâneas: diálogos e convivência*. Vitória da Conquista, BA: Uesb, 2016.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista de Administração Pública — RAP*, v. 43, n. 4, p. 919-41, jul./ago. 2009.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. In: SANTOS, R. S. (Org.). *Em busca da apreensão de um conceito para administração política*. São Paulo: Mandacaru, 2009. p. 19-57.

SANTOS, R. S. *Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal*. São Paulo: Hucitec, 2010a.

SANTOS, R. S. Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil. In: SANTOS, R. S. (Org.). *Administração Política para o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010b. p. 11-48.

SANTOS, R. S. Plano teórico e analítico da administração política. *Mimeo*. Salvador, 2016.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G.; SANTOS, T. C. S.; RIBEIRO, E. M.; ANDRADE FILHO, L. M. de. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Cadernos Ebape.Br*, v. 14, n. 4, p. 1011-1034, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395130795>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. *Cadernos Ebape.Br*, v. 15, n. 4, p. 939-959, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395155017>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. *Outro modo de interpretar o Brasil (V)*. Salvador, 2017. No prelo.

SANTOS, T. dos. A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência da América Latina. In: JAGUARIBE, H. (Org.). *A dependência político-econômica da América Latina*. São Paulo: Loyola, 1976.

SELWYN, B. *The global development crisis*. Cambridge, US: Polity Press, 2014.